



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

O presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de pessoa física e/ou jurídica para fornecimento de cascalho.

Com a nova Lei de Licitações o ETP passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Este estudo servirá como parâmetro para as contratações formalizadas pela Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

Importante se faz salientar que o presente estudo de viabilidade baseia-se na frequente necessidade deste Município em adquirir cascalho para a manutenção de estradas vicinais, esta é uma medida essencial e estratégica para garantir a segurança, acessibilidade e desenvolvimento sustentável das áreas rurais e urbanos do Município, refletindo o interesse público e o compromisso com o bem-estar da população local.

A futura contratação tem como principal objetivo, o de atender de modo geral a necessidade deste Município.

Considerando ainda, que a manutenção das estradas vicinais são essenciais para o trânsito de veículos e máquinas, importante frisar que várias necessitam constantemente adequações em decorrência das precipitações de chuva que causam defeitos, sendo que a manutenção e melhorias devem ser feitas para que as mesmas continuem proporcionando condições adequadas e seguras para o trânsito. Além disso, o estado precário das vias pode ocasionar acidentes, colocando a vida de usuários em risco.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14.133/2021)

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2024 e poderá ser confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 20/12/2024
- III) Id do item no PCA: 71
- IV) Classe/Grupo: 5610 - materiais de origem mineral para construção a granel
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-174/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Os interessados deverão atender ao exigido para habilitação a seguir:



- a) PESSOA FÍSICA:
- I. Declaração Unificada;
 - II. Matrícula atualizada do imóvel;
 - III. Proposta;
 - IV. Documentos pessoais, como CPF, Carteira de Identidade ou CNH;
 - V. Regularidade com a Fazenda Federal;
 - VI. Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
 - VII. Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
 - VIII. Regularidade com a Justiça do Trabalho;

4 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente do ano corrente e anteriores.

É importante discorrer sobre a impossibilidade de estimar o quantitativo exato de material necessário para suprir a demanda em virtude de tratar não apenas de manutenção preventiva, mas pela necessidade de manutenção corretiva com demanda incerta.

A inclusão de uma margem de garantia na quantidade estimada de cascalho visa cobrir eventuais imprevistos, variações na demanda e condições climáticas adversas que possam afetar a disponibilidade ou acesso ao material durante a vigência do contrato.

Essa margem proporciona segurança e flexibilidade para lidar com situações emergenciais e garantir a continuidade da manutenção das estradas.

Portanto, a definição de quantidade estimada de cascalho com base nas últimas contratações realizadas pelo município, incluindo uma margem de garantia é uma medida estratégica e prudente, que visa atender as demandas crescentes da manutenção das estradas vicinais, garantindo segurança, eficiência e transparência na utilização dos recursos públicos.

5 LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Existem outras opções no mercado para suprir a demanda de cascalho para manutenção de vias rurais no interior do município.

Algumas dessas opções incluem:

a) Explorar a possibilidade de adquirir cascalho de fornecedores locais situados no município. Esses fornecedores podem oferecer vantagens em termos de logística e tempo para entrega, além de contribuir para a economia local.

b) Empresas de mineração que atuam na região próxima ao município. Essas empresas geralmente possuem jazidas de cascalho e podem ser capazes de fornecer o material necessário para a manutenção das estradas vicinais.

A aquisição de cascalho diretamente com fornecedores situados no interior do município é de fato, uma solução altamente viável financeiramente, especialmente considerando a proximidade desses fornecedores com os possíveis locais de trabalho das equipes de manutenção das estradas vicinais. Essa opção apresenta diversas vantagens que a tornam uma escolha mais



vantajosa;

Redução de custos logísticos: ao adquirir o cascalho de fornecedores locais, os custos de transporte são significativamente reduzidos, pois as distâncias percorridas são menores. Isso contribui para economias consideráveis nos gastos totais com a aquisição do material.

Agilidade na entrega: a proximidade dos fornecedores permite uma entrega mais rápida do cascalho garantindo que as equipes de manutenção tenham acesso imediato ao material necessário para realizar os reparos nas estradas vicinais. Isso minimiza o tempo de inatividade das equipes e otimiza a eficiência das operações.

Melhor controle de qualidade: ao adquirir o cascalho diretamente dos fornecedores locais. É possível ter um melhor controle sobre a qualidade do material, uma vez que é mais fácil realizar inspeções e verificar a procedência do produto. Isso assegura que apenas cascalho de boa qualidade com a dureza adequada para que seja utilizado na manutenção das vias rurais.

Estímulo à economia local: ao optar por adquirir o cascalho de fornecedores situados no interior do município, há um estímulo na economia local, uma vez que os recursos financeiros são direcionados para os fornecedores da região. Isso contribui para o desenvolvimento econômico sustentável do município e fortalece os laços comunitários.

Redução de impactos ambientais: a redução das distâncias percorridas pelo transporte do cascalho resulta na menor emissão de poluentes atmosféricos e redução do consumo de combustíveis fósseis contribuindo para a preservação do meio ambiente e para a promoção de práticas mais sustentáveis.

Portanto, a aquisição de cascalho diretamente com fornecedores situados no interior do município de Dois Vizinhos emerge como a opção mais vantajosa do ponto de vista financeiro, logístico e ambiental, proporcionando uma solução eficiente e econômica para a manutenção das vias rurais.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), o quantitativo estimado levou em consideração ao adquirido nos anos anteriores e mais a projeção de consumo observando a necessidade de adequar as vias rurais que apresentam problemas.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução entendida como a mais adequada é a abertura de chamamento público para credenciamento de cascalheiras localizadas no município, garantindo assim a continuidade do serviço público voltado à mobilidade do município.

8 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

A contratação poderá ser realizada por item, visto que será disponibilizado itens para cada região do interior do município.

Tendo em vista se tratar de apenas um item, não haverá possibilidade de



parcelamento da contratação, ainda é possível destinar 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total para microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo se tratar de item de natureza divisível, conforme disposto no art. 48, inciso III da Lei 123/2006. **(se for oportunizada a participação de empresas)**

9 DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

O planejamento das atividades de manutenção é a base para as efetivas operacionalizações das atividades de atendimento e recuperação provisória das vias públicas. O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e previsibilidade dos recursos necessários para as ações e confiabilidade dos serviços prestados aos munícipes.

As execuções das atividades obedecem aos critérios de prioridade de atendimento e por tipo de manutenção, assim organizando e racionalizando o atendimento. Muitas vezes surgem demandas com urgência em virtude de período chuvoso que danificam seriamente algumas vias. Portanto, pode-se afirmar que as primeiras ações a serem implementadas serão as manutenções necessárias e urgentes. Já em outro momento, no decorrer do tempo será dado continuidade em outros reparos.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Olisses de Lima Bueno
Suplentes:	Alceni de Oliveira

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não, a logística e a pavimentação será executada com a capacidade operativa da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

O procedimento para as contratações de interesse público devem buscar sempre a proposta mais vantajosa, trazendo um agrupamento de benefícios, onde, tal conceito vai além do mero ato de obter os menores preços, mas, sim, analisar os benefícios do processo, onde é necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:



- Observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- O emprego apurado dos recursos públicos;
- Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- Uso de insumos ambientalmente sustentáveis, sempre que existir a oferta;
- Remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados pelas aquisições;

Prováveis impactos ambientais:

- a) Erosão do solo: a extração de cascalho pode resultar em perturbações no solo, aumentando o risco de erosões em áreas próximas as áreas de extração.
- b) Alteração do habitat natural: a atividade de extração de cascalho pode causar a alteração do habitat natural de espécies locais, impactando negativamente na biodiversidade da região.
- c) Consumo de recursos naturais: a extração de cascalho envolve o consumo de recursos naturais não renováveis como a própria rocha, o que pode ter consequências a longo prazo para o ambiente, ao exaurir uma cascalheira a natureza não se regenera.

Medidas mitigadoras:

- a) Revegetação e contenção de erosão: implementar medidas de revegetação e contenção de erosão nas áreas de extração de cascalho para reduzir os impactos sobre o solo e prevenir a erosão.
- b) Monitoramento da fauna e flora: realizar um monitoramento contínuo da fauna e flora local para identificar e mitigar os impactos sobre a biodiversidade, implementando medida de proteção quando necessário.
- c) Uso eficiente de recursos: promover o uso eficiente de recursos naturais durante o processo de extração de cascalho, buscando minimizar o desperdício e otimizar a utilização dos recursos disponíveis, utilizando o material que seria descartado (pedras maiores) e fazendo o processo de britagem.
- d) Adoção de tecnologias sustentáveis: utilizar equipamentos e técnicas de extração de cascalho que minimizem o consumo de energia e recursos, como o uso de maquinários mais eficientes e a adoção de práticas de mineração responsáveis.

Logística reversa:

Reciclagem de materiais: implementar um sistema de reciclagem de materiais, como o cascalho descartado ou não utilizado, para minimizar o desperdício e promover a reutilização de recursos.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - (ETP), em harmonia com o disposto na legislação vigente, considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas e os demais aspectos normativos, conclui pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, em complemento, os requisitos listados atendem adequadamente às demandas formuladas, os custos previstos são compatíveis



e os riscos identificados são administráveis.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Devido ao objeto da contratação não é possível adquirir em grande escala. O município é quem irá fazer a exploração do material diretamente na lavra de cascalho e sempre fará nos fornecedores localizados nas comunidades onde está realizando a pavimentação. Objetivando a economia com o transporte do material.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Credenciamento de interessados em fornecer cascalho ao Município de Dois Vizinhos – Paraná, baseado no Art. 79 da Lei 14133/2021, inciso I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico- financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Laudo/Termo emitido por profissional com atribuição na área da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, indicando que o local contém o material (cascalho) e que não está localizado em área de preservação.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Documento em anexo

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso,



Município de
Dois Vizinhos

Estado do Paraná

7

sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não trarão prejuízos a administração.

Dois Vizinhos, 28 de fevereiro de 2025.

DEONIR CALDATO
Gestor

ALCENI DE OLIVEIRA
Suplente

OLISSES DE LIMA BUENO
Fiscal